

Em, 28 de setembro de 2023.

MENSAGEM Nº 064/2023

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei, que "Estima a receita e fixa a despesas do Município de Volta Redonda para o exercício financeiro de 2024", de forma a atender ao que dispõem os diplomas constitucionais.

O presente Projeto de Lei, objetiva a apreciação desse Poder Legislativo sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício vindouro de 2024, orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentária previamente aprovada pela Lei Municipal nº 6.234/2023 e em consonância com as metas, ações e programas do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022-2025, aprovado pela Lei Municipal nº 5.900/2021.

O presente Projeto de lei da LOA consiste no instrumento de planejamento que garante o gerenciamento anual das origens e das aplicações dos recursos públicos, por meio da qual define-se o montante de recursos que se espera arrecadar e a forma em que os mesmos serão aplicados pela Administração Pública Municipal, dentre outras providências.

Nessa esteira, em respeito ao ordenamento jurídico brasileiro, o presente projeto da LOA foi elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual 2022-2025 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias/2024, posto que a finalidade do orçamento público é a de concretizar em termos financeiros, os objetivos e metas definidos na legislação para o período de um ano.

Sob essa perspectiva, a LOA 2024 tem por fim estimar os valores a serem arrecadados e os gastos, além de apontar, situar e quantificar os bens e serviços a serem ofertados pelo Município à sociedade como retorno pelos tributos pagos e demais fontes de recursos provenientes de outros Entes da Federação, segundo o sistema constitucional de arrecadação e distribuição tributária.

Exmo. Sr.
Paulo César Lima Conrado
DD. Presidente
CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
N E S T A



MENSAGEM Nº 064/23

.02

A presente proposta está acompanhada de 06 (seis) anexos, sendo que o Anexo I apresenta o orçamento fiscal da administração centralizada, o Anexo II apresenta os orçamentos fiscais da administração descentralizada, o Anexo III apresenta a consolidação dos orçamentos constantes dos Anexos I e II, o Anexo IV apresenta o orçamento da seguridade social, Anexo V apresenta o orçamento de investimento e o Anexo VI apresenta as Dotações referente a Criança e ao Adolescente.

Imperioso destacar que, desde o primeiro dia deste governo foram adotadas inúmeras medidas de austeridade no controle dos gastos e no aumento das receitas. Assim, para estimar as receitas e fixar as despesas da proposta orçamentária, adotou-se de forma criteriosa as seguintes análises:

- Do comportamento dos ingressos efetivamente ocorridos nos três últimos exercícios encerrados;
 - Da arrecadação ocorrida no primeiro semestre deste ano;
 - Das projeções do IPCA;
- Das expectativas das receitas transferidas do Governo Federal e do Governo Estadual decorrentes da intensificação das ações da administração junto a esses entes de federação, na forma de emendas ao Orçamento Geral da União e ao Orçamento Estadual, visando habilitação para o recebimento de recursos na forma de convênios.

Em atendimento ao disposto no artigo 12, §3º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, com as correspondentes memórias de cálculo.

Diante das alterações registradas no cenário econômico e das mudanças nas perspectivas de crescimento dentro do lapso temporal compreendido entre as datas da estimativa inicial e de conclusão dos trabalhos relacionados à confecção do orçamento, foram efetuados ajustes na projeção da receita, que no conjunto resultou em uma expectativa de arrecadação total de R\$ 1.774.000.000,00 (um bilhão, setecentos e setenta e quatro milhões de reais), dividida nas seguintes rubricas:

- a. Receitas Correntes: R\$ 1.616.021.584,17
- **b.** Receitas de Capital: R\$ 157.978.415,83

A despesa está distribuída no Poder Executivo e no Poder Legislativo da seguinte forma:

- a. Poder Executivo Administração Centralizada: R\$ 483.599.087,10
- b. Poder Executivo Administração Descentralizada: R\$ 1.248.600.912,90



MENSAGEM Nº 064/23

.03

c. Poder Legislativo: R\$ 41.800.000,00

Cabe esclarecer que os esforços da gestão municipal para equilibrar as contas estão surtindo efeito, vez que o saldo da Dívida Consolidada além de estar diminuído, encontra-se dentro do limite estabelecido pela Resolução nº 043/2001 do Senado Federal, conforme demonstrado abaixo:

| Data | | 31/12/2022 | 30/04/2023 | 31/08/2023 |
|--------------|------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Saldo da | Dívida | R\$ 796.293.489,40 | R\$ 729.036.301,60 | R\$ 19.607.273,20 |
| Consolidada | a | | | |
| Receita | Corrente | R\$ 1.406.688.206,1 | R\$ 1.514.174.344,4 | R\$ 1.494.428.914,30 |
| Líquida | | | | |
| Percentual d | la Receita | 72,46 % | 63,67 % | 14,31% |
| Corrente Lío | quida | | | |
| Percentual | Máximo | 120,00% | 120,00% | 120,00% |
| Permitido | | | | |

Em atendimento ao que determina a legislação, no dia 27 de setembro do corrente ano às 15:00 horas no auditório do Palácio 17 de julho, foi realizada uma audiência pública para apresentação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024.

Diante do exposto e na certeza de que posso contar com o espírito de devoção aos interesses de nossa cidade que estimulam a todos os representantes dessa Casa para a aprovação desse importante Projeto de Lei, aproveito para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Antonio Francisco Neto Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI MUNICIPAL

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Volta Redonda para o exercício financeiro de 2024.

A Câmara Municipal de Volta Redonda aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

- **Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Volta Redonda para o exercício financeiro de 2024, conforme determina o §5º do art. 165 da Constituição Federal, compreendendo:
- I O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;
- II O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- III O Orçamento de Investimento da Empresa Pública e a Sociedade de Economia mista em que o Município direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

Seção I

Do Orçamento Fiscal

Art. 2º - O Orçamento Fiscal do Município de Volta Redonda para o exercício financeiro de 2024 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.774.000.000,00 (Um bilhão, setecentos e setenta e quatro milhões de reais), incluindo os Orçamentos da Seguridade Social e de Investimentos.

I – As receitas do Orçamento Fiscal apresentam o seguinte desdobramento:

a. Receitas Correntes:

| 1. Tributária | R\$ 336.038.000,00 |
|--|----------------------|
| 2. Contribuições | R\$ 40.137.400,00 |
| 3. Patrimonial | R\$ 48.827.118,09 |
| 4. Industrial | R\$ 30.000,00 |
| Receitas de Serviços | R\$ 125.099.000,00 |
| 6. Transferências Correntes | R\$ 1.128.514.707,08 |
| 7. Outras Receitas Correntes | R\$ 57.665.000,00 |





PROJETO DE LEI MUNICIPAL

órgãos:

.02

| 10. | Total das Receitas Correntes | R\$ 1.616.021.584,17 |
|-----|---------------------------------------|----------------------|
| 9. | Deduções da Receita Corrente | R\$ (95.460.000,00) |
| | Receitas Correntes Intraorçamentárias | R\$ (24.829.641,00) |

b. Receita de Capital:

| 1. Alienação de Bens | R\$ 660.000,00 |
|----------------------------------|--------------------|
| 2. Transferência de Capital | R\$ 22.488.774,83 |
| 3. Outras Receitas de Capital | R\$ 134.829.641,00 |
| 4. Total das Receitas de Capital | R\$ 157.978.415,83 |

II - As despesas do Orçamento Fiscal estão distribuídas entre os seguintes

a. Poder Executivo - Administração Centralizada:

| 1. Secretaria Municipal de Planejamento, | R\$ 25.558.810,71 |
|---|--------------------|
| Transparência e Modernização da | |
| Gestão | |
| Secretaria Municipal de Fazenda | R\$ 71.171.102,51 |
| 3. Secretaria Municipal de Administração | R\$ 48.225.000,00 |
| 4. Secretaria Municipal de Cultura | R\$ 4.525.000,00 |
| 5. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer | R\$ 13.780.001,00 |
| 6. Secretaria Municipal de Ação | R\$ 19.550.000,00 |
| Comunitária | |
| 7. Procuradoria Geral do Município | R\$ 59.500.000,00 |
| 8. Secretaria Municipal de | R\$ 8.510.000,00 |
| Desenvolvimento Econômico e Turismo | |
| 9. Secretaria Municipal de Meio Ambiente | R\$ 6.862.000,00 |
| 10. Secretaria Municipal de Políticas | R\$ 1.592.943,00 |
| Públicas para Mulheres e Direitos | |
| Humanos | |
| 11. Gabinete de Estratégia Governamental | R\$ 34.380.000,00 |
| 12. Secretaria Municipal de Infraestrutura | R\$ 145.326.829,88 |
| 13. Controladoria Geral do Município | R\$ 1.850.000,00 |
| Guarda Municipal de Volta Redonda | R\$ 17.030.000,00 |
| 15. Secretaria Municipal de Transporte e | R\$ 10.455.000,00 |
| Mobilidade Urbana | |
| Secretaria Municipal de Comunicação | R\$ 5.550.400,00 |
| 17. Secretaria Municipal da Pessoa com | R\$ 683.000,00 |
| Deficiência | |
| 18. Secretaria Municipal de Ordem Pública | R\$ 8.049.000,00 |
| 19. Reserva de Contingência | R\$ 1.000.000,00 |
| 20. Total da Despesa da Administração | R\$ 483.599.087,10 |
| Centralizada | |



PROJETO DE LEI MUNICIPAL

.03

b. Poder Executivo - Administração Descentralizada:

| Descentralizada | 114 112 1010 000 12495 0 |
|---|--------------------------|
| 16. Total da Despesa da Administração | R\$ 1.248.600.912,90 |
| 15. Fundo Municipal de Educação | R\$ 354.902.849,00 |
| de Volta Redonda | 1.500.000,00 |
| 14. Fundo Municipal dos Direitos do Idoso | R\$ 1.500.000,00 |
| 13. Fundo Municipal de Assistência e Previdência | R\$ 164.771.000,00 |
| Redonda | |
| 12. Companhia de Habitação de Volta | R\$ 36.914.500,00 |
| Volta Redonda | |
| 11. Empresa de Processamento de Dados de | R\$ 7.984.000,00 |
| 10. Banco da Cidadania | R\$ 2.880.000,00 |
| 9. Fundo Municipal de Assistência Social | R\$ 38.331.000,00 |
| 8. Fundo de Infância e Adolescência | R\$ 2.432.000,00 |
| 7. Fundo Comunitário | R\$ 18.818.000,00 |
| 6. Fundo Municipal de Saúde | R\$ 439.334.063,90 |
| 5. Serviço Autônomo de Água e Esgoto | R\$ 125.833.000,00 |
| 4. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano | R\$ 4.515.500,00 |
| 3. Serviço Autônomo Hospitalar | R\$ 31.000,00 |
| 2. Fundação Beatriz Gama | R\$ 16.096.000,00 |
| Fundação Educacional de Volta Redonda | R\$ 34.258.000,00 |

c. Poder Legislativo:

| Câmara Municipal | R\$ 41.500.000,00 |
|-------------------------------|-------------------|
| 2. Fundo Especial da Câmara | R\$ 300.000,00 |
| 3. Total do Poder Legislativo | R\$ 41.800.00,00 |

Seção II

Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 3º - O Orçamento da Seguridade Social do Município de Volta Redonda paro o exercício financeiro de 2024 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 693.211.083,45 (seiscentos e noventa e três milhões, duzentos e onze mil e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

 I – As receitas do Orçamento da Seguridade Social apresentam o seguinte desdobramento:

a. Receitas Correntes:

| 1. | Contribuições | R\$ 23.117.400,00 |
|----|---------------|-------------------|
| 2. | Patrimonial | R\$ 22.880.118,09 |



PROJETO DE LEI MUNICIPAL

.04

| 8. Total das Receitas Correntes | R\$ 576.704.072,78 |
|--|--------------------|
| 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias | R\$ 24.829.641,00 |
| 6. Transferências Correntes | R\$ 518.211.195,69 |
| 5. Outras Receitas Correntes | R\$ 37.125.000,00 |
| 4. Industrial | R\$ 30.000,00 |
| 3. Serviços | R\$ 170.000,00 |
| 2 Comings | D\$ 170 000 0 |

b. Receitas de Capital:

| 1. | Transferências de Capital | R\$ 22.360.774,83 |
|----|-------------------------------|-------------------|
| 2. | Total das Receitas de Capital | R\$ 22.360.774,83 |

c. Receitas Extraorçamentárias:

| 1. Repasses do Tesouro Municipal | R\$ 69.316.594,84 |
|--|-------------------|
| 2. Total das Receitas Extraorçamentárias | R\$ 69.316.594,84 |

II – As despesas do Orçamento da Seguridade Social estão distribuídas entre os seguintes órgãos:

a. Poder Executivo - Administração Centralizada:

| | Centralizada | |
|----|---|-------------------|
| 3. | Total da Despesa da Administração | R\$ 32.391.019,55 |
| 2. | Secretaria Municipal de Infraestrtura | R\$ 12.841.019,55 |
| 1. | Secretaria Municipal de Assistência Social | R\$ 19.550.000,00 |

b. Poder Executivo - Administração Descentralizada:

| Serviço Autônomo Hospitalar Fundo Municipal de Saúde Total da Despesa da Administração Descentralizada | R\$ 31.000,00 R\$ 439.334.063,90 R\$ 660.820.063,90 |
|--|---|
| Serviço Autônomo Hospitalar | |
| | R\$ 31.000,00 |
| TTEVIGETEIA | |
| Previdência | |
| Fundo Municipal de Assistência e | R\$ 162.692.000,00 |
| de Volta Redonda | |
| Fundo Municipal dos Direitos do Idoso | R\$ 1.486.000,00 |
| Fundo Municipal de Assistência Social | R\$ 38.331.000,00 |
| Fundo de Infância e Adolescência | R\$ 2.418.000,00 |
| Fundo Comunitário de Volta Redonda | R\$ 1.072.000,00 |
| Fundação Beatriz Gama | R\$ 15.456.000,00 |
| | Fundo Comunitário de Volta Redonda Fundo de Infância e Adolescência Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Volta Redonda Fundo Municipal de Assistência e |

Seção III



PROJETO DE LEI MUNICIPAL

.05

- **Art. 4º** O Orçamento de Investimento do Município de Volta Redonda para o exercício financeiro de 2024 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 44.898.500,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).
- I As receitas do Orçamento de Investimento apresentam o seguinte desdobramento:
 - a. Receitas Orçamentárias:

| | Total das Receitas Orçamentárias | R\$ 4.888.500,00 |
|----|----------------------------------|------------------|
| 3 | Outras Receitas Correntes | R\$ 200.000,00 |
| 2. | Serviços | R\$ 1.160.000,00 |
| 1. | Patrimonial | R\$ 3.528.500,00 |

b. Receitas Extraorçamentárias:

| 1. | Repasses do Tesouro Municipal | R\$ 40.010.000,00 |
|----|---------------------------------------|-------------------|
| 2. | Total das Receitas Extraorçamentárias | R\$ 40.010.000,00 |

 II – As despesas do Orçamento de Investimento estão distribuídas entre a Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista da seguinte forma:

| 1. Corrente | R\$ 38.111.500,00 |
|-------------|-------------------|
| 2. Capital | R\$ 6.787.000,00 |
| 3. Total | R\$ 44.898.500,00 |

Seção IV

Das despesas referente a Criança e ao Adolescente - OCA

Art. 5º - As dotações destinadas a atender o Orçamento da Criança e do Adolescente num total 839.372.162,90 estão descriminadas pelos órgãos da Administração Municipal, a saber:

| I. | Secretaria Municipal de Infraestrutura | R\$ 4.559.250,00 |
|-------|---|--------------------|
| II. | Secretaria Municipal de Cultura | R\$ 1.510.000,00 |
| III. | Secretaria Municipal de Esporte e Lazer | R\$ 379.000,00 |
| IV. | Fundo de Infância e Adolescência | R\$ 2.432.000,00 |
| V. | Fundação Educacional de Volta | R\$ 32.620.000,00 |
| | Redonda | |
| VI. | Fundo Municipal de Saúde | R\$ 439.334.063,90 |
| VII. | Fundação Beatriz Gama | R\$ 2.705.000,00 |
| VIII. | Fundo Municipal de Educação | R\$ 354.902.849,00 |
| IX. | Fundo Municipal de Assistência Social | R\$ 930.000,00 |
| X. | Total das Despesa do OCA | R\$ 839.372.162,90 |

19



PROJETO DE LEI MUNICIPAL

.06

CAPÍTULO III

Dos Anexos da Presente Lei

- **Art. 6º -** Constam dos Anexos I, II, III, IV, V e VI respectivamente que são parte integrante da presente Lei os orçamentos:
 - I Fiscal dos órgãos da Administração Centralizada;
 - II Fiscal dos órgãos da Administração Descentralizada;
- III Fiscal Consolidado dos órgãos da Administração Centralizada e Descentralizada;
 - IV Da Seguridade Social;
 - V De Investimentos:
 - VI Dotações da Criança e Adolescente.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

- Art. 7º A arrecadação da receita obedecerá a legislação vigente, a saber:
- I Tributos de competência municipal, que foram instituídos pela Lei Municipal 1896/84 (Código Tributário Municipal) e pelas através de autorizações legislativas;
- II Contribuições sociais conforme estabelecido pelas Leis 1975/85, 2595/90 e 4963/13;
- III Rendimentos sobre o patrimônio econômico (Receita Patrimonial, de Serviços e Alienações) nos termos da Lei Federal 10406/2002 (Código Civil) e da Lei Orgânica Municipal;
- IV -Repasses financeiros transferidos de outras pessoas de direito público interno conforme art. 158 e 159, da Constituição Federal.
- **Art. 8º -** O Poder Executivo fica autorizado a repassar aos órgãos da Administração Descentralizada os recursos necessários à manutenção e operacionalização dessas unidades orçamentárias, bem como os referentes aos investimentos a serem realizados através desses órgãos.
- **Art. 9º** As despesas decorrentes das ações elencadas junto a população através da metodologia do Orçamento Participativo correrão a conta das correspondentes dotações orçamentárias dos órgãos executores.



PROJETO DE LEI MUNICIPAL

.07

- Art. 10 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total das despesas fixadas nesta Lei.
- **Art. 11 -** Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento destinado ao Legislativo.
- **Art. 12 -** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contrair Operação de Crédito até o limite das despesas de capital fixadas nesta Lei.
- **Art. 13** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com órgãos ou entidades públicas e privadas, visando o interesse público.
- **Art. 14** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação, nos casos que prevalecer o interesse público, mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos adequados a cada caso, formalizados entre as partes.
 - Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Volta Redonda.